

# **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

## **O ÉTICO EM ARQUITETURA E O POR VIR DA HOSPITALIDADE**

SESSÃO TEMÁTICA: Arquitetura (e) Ética

**Fernando Fuão**  
**UFRGS**

**Dirce Eleonora Nigro Solis**  
**UERJ**

A ética, tal como tradicionalmente a ela nos referimos, é produto de todos os centrismos e hierarquizações logocêntricas que a perspectiva desconstrucionista contemporânea quer criticar. Preferimos, então, falar de domínio ético, mas não da ética, no sentido de deslocar a perspectiva de nossa análise sobre a arquitetura para um sentido em que possamos ir além de toda estrutura metafísica ou logocêntrica que sempre sustentou o pensamento clássico ocidental. Desviamos assim o pensamento sobre a arquitetura para o âmbito do ético, não mais preso à lógica identitária, mas àquela da recepção ao Outro como pura alteridade. O ethos, o ético, é visto por nós, então, como a morada, a casa, a rua e a cidade segundo o âmbito da acolhida do Outro. O que tomamos por ético, portanto, é apenas o horizonte de aparecimento da alteridade que, ao invés de compreender a hospitalidade dentro de condições restritas e acabadas, será o espaço da incondicionalidade, o espaço do acolhimento irrestrito ou sem condições. O ético surgirá na arquitetura, então, como hospitalidade incondicional, domínio do im-possível ou do in-decidível. Ao invés de impasse estagnador, de um “sem saída”, consideramos o domínio aporético como ponto de partida para o caminhar adiante, um começo, por assim dizer, um deslocamento para fora, para além dos limites do logocentrismo arquitetônico que tem enquadrado e obstaculizado nosso pensamento. A questão da cidade e da arquitetura, não só pela análise de lugares hospitaleiros, acolhedores ou inóspitos, mas pelo ético do acolhimento que nos traz também a discussão do por vir. Estabelecemos, derridianamente, uma distinção entre futuro e por vir: o futuro é ou reprodução do presente em temporalidade próxima ou longínqua ou, então, sua evolução. O por vir, no entanto, nos traz a ideia de algo que está por acontecer, desconhecido, no entanto, dado como im-possibilidade inicialmente, mas ponto de partida para a transformação, a recriação, o repensar ou reformular. Isto se torna possível somente com um deslocamento imprevisível com relação à situação inicial. Tal é a noção de democracia por vir, de justiça por vir, ou de hospitalidade por vir. E somente assim podemos falar em desconstrução, Desconstrução que é diferente de destruição ou de processo de demolição.

O que está sob o crivo da desconstrução não é somente a arquitetura, essa arché, mas também o arché-típico papel do arquiteto, sua trajetória ao longo da história da arquitetura e do urbanismo no ocidente, sua especialidade em representar a monumentalidade do poder; evidenciando o papel eventual e singular dessas construções dentro da cidade que se tornam expressões egoicas do arquiteto. Sabe-se que desde suas origens o arquiteto sempre esteve associado à realeza, ao poder religioso, à aristocracia. A partir de finais do século XIX e início do século XX ele assume uma participação mais totalizante e controladora dentro da cidade. Somente com o advento da modernidade ganha expressão uma prática, uma ação de construção de habitações populares em massa, apoiada em geral pelos marxismo,

anarquismo, socialismo e demais correntes de pensamento sensíveis ao bem estar social. Essas concepções, no entanto, limitam-se a uma perspectiva ficcional, espectral mesmo, de um homem universal cuja medida era e continua a ser, em grande parte, o eurocentrismo, enfatizado ainda pelo logocentrismo. A partir do final dos anos 70 é que realmente haverá um tremor sobre essa figura arquitetural e demiúrgica logocêntrica do arquiteto, através de proposições de um novo modo de atuar profissionalmente. A perspectiva do pensamento arquitetônico é deslocada do logos predominante, elitizado e excludente dos menos privilegiados para uma preocupação mais inclusiva. O que aqui se pretende, é também resgatar esses lampejos, agora nublados pela pós-modernidade e pela chamada globalização, por parte de alguns arquitetos, grupos e corporações que passam a clamar pelo sentido do direito à moradia como um direito universal, um pensamento re-voltado para as classes menos privilegiadas, tanto como prática discursivo-construtiva como modelo de formação educacional. Essas atitudes são, para nós, um primeiro passo para a desmontagem-montagem no rastro da ética da alteridade que assumimos de cunho derridiano, ou melhor, do ético da hospitalidade; onde o arquiteto já ‘aterrizado’, co-habita com o sentido de morar, construir desse ‘outro’.

A partir dessas considerações iniciais podemos afirmar que nenhum arquiteto se torna arquiteto oficialmente sem passar por uma formação que vise apenas questões de ordem técnica do conhecimento como prática de projeto ou teoria arquitetônica, mas também a questão ética se faz necessária em toda a sua carreira e em sua prática profissional. Pois quando se fala no domínio do ético deve-se falar antes de mais nada em uma ética que aconteça em sua formação dentro da academia.

Na realidade não temos a discussão ética dentro da academia, nós não temos realmente uma disciplina que intitulada Ética abra espaço em nossa formação para a discussão contemporânea dos deslocamentos ético- políticos imprescindíveis para a consecução da profissão. O que em geral aprendemos por ética não é propriamente do domínio ético, mas sim uma prática comercial mercadológica onde se utiliza apenas o bom senso, e sustentada na questão demiúrgica da criação. Essas disciplinas que atendem ainda pelos nomes de: “Ética e Legislação Profissional”, ou “Prática profissional e legislação trabalhista” situadas normalmente no final do curso quase como disciplinas terciárias, muitas vezes dentro da grade de disciplinas optativas, possuem conteúdos que perambulam mais exatamente pela prática profissional e sua relação com a legislação do trabalho sempre associada subjetivamente à ideia de escritório comercial. Ética mesmo resta só a palavra, nela permeia o discurso quase sempre a questão da criação – arquiteto demiúrgico-, o direito autoral e o plágio, a porcentagem de ganho em cima do projeto, e as relações entre comércio e porcentagem do

arquiteto (propina) na execução dos projetos. Geralmente essa disciplina era ministrada por arquitetos sem formação em ética ou filosofia (mas a ética é uma área da filosofia), onde a palavra ética aparece como adereço sem na maioria das vezes levar ao futuro arquiteto o conhecimento do que significa ética, ser ético e sobre qual ética se está trabalhando.

Nossa ética tem sido a ética do mercado, do jogo contra e a favor da especulação imobiliária, mas sempre dentro da lógica do mercado e da soberania das construtoras e de seus interesses, do malabarismo do escritório do arquiteto que se recusa a entrar nessa lógica e tem que encontrar fissuras no mercado cerrado para poder sobreviver.

Enquanto isso, pela falta de ética e de visão ética, digamos pois de uma semiótica da 'semiética' (semiótica), ficamos restritos ao tema da cópia e ou plágio do projeto, da assinatura do projeto, da firma, da construtora, da eticidade dos materiais de construção, mas sem nunca pensar e ou colocar em jogo a ética da habitação, da morada, da casa como necessidade básica humana e indissociável de sua existência como bem colocou Heidegger em Construir, Morar e Pensar, ou Adorno em Mínima Moralía. Derrida em seu Cosmopolitas de todos os lugares, um último esforço e no seu Da Hospitalidade chama a atenção para a indecidibilidade da proposição do ético-político, pois é um binômio indissociável. E nos leva a refletir sobre a aporia que se instaura toda vez que falamos em ético, justiça, hospitalidade pois cada uma dessas questões nos remete ao seu contrário. O ético é o domínio aporético, das impossibilidades, enfim. Pensar em como ser justo, por exemplo, nos leva a imediatamente rever a conotação de injustiça que predomina, apesar do que se cunhou como justiça; pensar na hospitalidade nos remete também imediatamente ao que se chama hostilidade e assim por diante. A habitação, sabemos bem, é um direito universal, tal como a alimentação, a saúde, a educação. A casa não é, em princípio uma mercadoria, não pode ser entendida prioritariamente como mercadoria, nossa existência assim como a casa não pode se transformar somente em mercadoria. A exemplo do que defendia Niemeyer, reconhecer a importância de se deixar a faculdade não apenas como ótimos profissionais, mas também como pessoas que leram, que conhecem as misérias do mundo e contra elas saberão se manifestar.

A história da arquitetura ao considerarmos o ponto de vista ético é quase uma tragédia, nossa profissão, alicerçada na história ocidental, sempre nos mostrou, direta e indiretamente nossa participação junto aos príncipes, aos déspotas esclarecidos (os palácios e os déspotas esclarecidos do iluminismo), a colaboração junto à hegemonia das religiões, e aos grandes empresários do capitalismo no século XX.

Falamos aqui de ética, mas sobretudo de uma ética voltada para a questão da moradia, da moradia popular, da habitação para aqueles que não tem moradia, do tema da habitação

social, que dentro de uma universidade pública deveria ser o pilar axial, possibilitando a capacitação dos futuros arquitetos para essa problemática que beira a uma aporia como bem assinalou a profa. Silke Kapp. O domínio do ético possibilita pensar na capacitação de arquitetos para trabalharem em prefeituras e em órgãos estaduais e federais visando o bem público e o bem estar social. Acrescente-se a isso o voltar-se para as questões das políticas habitacionais. No entanto, o que temos observado é que a esse respeito nossa participação é quase nula, nosso território, nosso campo de atuação profissional murchou, e nos colocamos na maioria das vezes agora sob a égide, o domínio do arquiteto caixa, da “Maison dominó Caixa”, da Caixa Econômica Federal, que determina o modo de vida e de morar das pessoas sem que tenhamos algum poder sobre isso. Como profissionais somos partícipes observadores desses modelos disciplinares, domesticadores que fazem dos seres humanos massa amorfa. Essa tem sido a alienação da arquitetura proporcionada pela falta de ética mesmo, pela perda da dimensão da importância da nossa profissão.

Como pode uma universidade pública, uma faculdade de arquitetura pública formar arquitetos para servir sobretudo às classes dominantes, que ética está por trás disso tudo? Agora nossos currículos pleiteiam o ingresso de uma disciplina denominada Arquitetura Social, mas deveríamos nos perguntar: não seria por natureza toda arquitetura social? O mesmo se passa com outras áreas de saber, tais como a medicina, a psicologia, e mesmo com áreas da medicina social ou da psicologia social. A formação é voltada para a prática do consultório e escritório particular, ou estratégias alternativas de coletivos, ateliers que também não passam de subterfúgios. Um exemplo dessa mazela são os Escritórios Modelos de Arquitetura, que não conseguem abandonar a palavra e sentido de ‘escritório’ mesmo fazendo arquiteturas de caráter social.

O Movimento Moderno é uma referência na questão ética da arquitetura ao longo da história da arquitetura, em dois momentos, um desses acontece na primeira metade do século XX com as proposições urbanísticas e as políticas dos grandes conjuntos habitacionais para as camadas sociais mais desfavorecidas; na segunda metade do século XX, essa política dá segmento e se abre também ao papel social do arquiteto como intelectual orgânico, ativador desses processos junto a essas comunidades.

O ético na proposta de Derrida implica em acolhimento-hospitalidade, dar acolhida ao outro, incorporá-lo aos discursos, revelando novos horizontes para a arquitetura, trabalhando com as diferenças, e recolocando a dimensão ética como sentido da existência e da arquitetura. Hoje, nossas cidades estão concebidas e organizadas através da segregação, separando grupos e classes sociais, agrupando e afastando as diferenças através dos mais requintados artifícios projetuais. O abandono é uma dessas formas de afastamento. A organização que

caracteriza a cidade formal é basicamente a segregação espacial, através da definição de usos do solo. No entanto, a cada dia mais nossos lugares em vez de se abrirem para os outros, de se prepararem para receber os outros, serem hospitaleiros, fecham-se em verdadeiros campos de reclusão, os quais necessitam de senhas, logins, e ids, minados de câmeras para entrar. A hospitalidade, por exemplo, fica ameaçada numa cidade em que um grande número de pessoas não tem moradia, ou vivem em condições extremas de miserabilidade, e todas as portas que se poderiam abrir estão fechadas, principalmente as portas das políticas públicas de habitação popular.

Dito isto, os trabalhos apresentados nessa sessão temática, Arquitetura (e) Ética, alguns deles primando pela questão da desconstrução, tiveram a preocupação de atender aos anseios de uma nova dimensão do ético.

Tal é a preocupação do artigo Ética e Cidade ou: o que pode a arquitetura desde uma filosofia da práxis que aborda, fundamentado na filosofia hermenêutica de Gadamer “a possibilidade de se escrever uma teoria da arquitetura cujo foco esteja sobre o pensamento de uma ética para a produção da cidade”. Os principais conceitos aí explorados são os de *sensus communis*, *phronesis*, lógica da pergunta e diálogo. Ou do artigo Parrésia Arquitetônica: tensão ética no pensamento sobre a cidade que afirma que “o modo preponderante de entender a cidade, numa dada época, corresponde à perspectiva de um determinado grupo com poder para impô-lo”. Assim sendo, “gestores são subjetivados por tais imposições e produzem escolhas que têm transformado o espaço da cidade no cenário de profundas tensões entre preexistências físicas, traços de identidade de grupos e capacidades de construir. Estes conflitos sempre estiveram e presume-se que sempre estarão em confronto nas cidades, porque remetem a relações de poder que expressam diferentes necessidades e interesses sociais” e que possibilitam o aparecimento do sujeito moderno, “produzido e regulado para atender os requisitos de uma sociedade urbana. A cidade então deve ser um lugar do direito à diferença, sem desigualdades sociais”. O artigo Arquitetura na fronteira Brasil –Uruguay: hospitalidade e ética versa “sobre agenciamentos operados sobre esse território, entre a arquitetura experimentada em uma viagem nômade e os conceitos de hospitalidade em Jacques Derrida e fronteira em Gilles Deleuze. A partir da pedagogia da viagem, uma espécie de coexistência entre o pensar e o escrever, pedagogia do entre, da fresta nas cidades, que permite experimentá-las, descobri-las e vivê-las inventando novas relações, para fazer emergir quem sabe relações menores, desterritorializantes, provocando novos encontros e acontecimentos (hospitalidades e hostilidades)”. O texto Arquitetura e(m) Crise trata de “repensar o papel de arquitetos na sociedade. O questionamento sobre como colocar a profissão a serviço de mudanças sociais, frente ao desajuste do mundo, traz implícita a

revisão de como a produção de arquitetos e urbanistas vem sendo conduzida, bem como sua atuação no estímulo das relações humanas e coletivas das cidades. O texto tem por objetivo questionar, sob três diferentes óticas, como a da alteridade, da violência e da utopia, a forma como a profissão de arquiteto e urbanista vem sendo conduzida na contemporaneidade, bem como a própria necessidade de sua existência.” O artigo O lar doce lar da alienação da experiência da arquitetura pela TV, as evidências acerca dos problemas da arquitetura enquanto produto mass media apresenta “uma crítica à arquitetura concebida na TV para o cotidiano”. O trabalho tem como suporte a metodologia e as considerações sobre a cultura de massas de Theodor Adorno, bem como a pesquisa de Nascimento sobre a estetização do espaço privado na TV brasileira. O trabalho analisa o conteúdo do quadro Lar Doce Lar, “a fim de identificar os recursos midiáticos dos quais a atração se utiliza para imprimir uma certa imposição ideológica generalizada em seu público relacionada ao símbolo do projeto de arquitetura e mais especificamente, à casa. Para tal, identificam-se as possíveis consequências desse processo “editado” da TV que suaviza e por conseguinte, camufla as relações não-horizontais que se dão na realidade entre arquiteto, famílias (clientes), e espaço construído, ao qual o exercício ético arquitetura também está exposto.”

Dois trabalhos significativos também fazem parte desta sessão temática: Vivências: teoria e prática na arquitetura de galpões de triagem traz a pesquisa a partir de temática desenvolvida na Universidade de Caxias do Sul com “diversos estudos a fim de qualificar as Unidades de Triagem, levando em consideração as aspirações dos usuários desses ambientes – os catadores”. O papel social do arquiteto e o exercício da alteridade são explorados como possibilidade de aluno e professor se colocarem um no lugar do outro. “Assim, minimamente, há uma contribuição para a produção de uma arquitetura com ética, buscando a desconstrução da ideia de que a “arquitetura do lixo” e, por consequência, os seus trabalhadores, devam ser tratados como os restos da cidade se almejamos que ela, a cidade, se torne justa”. O outro trabalho, A Cara da Rua: entre a Ética e a Poética “pretende refletir sobre a vida na cidade a partir do olhar de moradores em situação de rua em busca de aproximações entre olhares e corpos, entre ética e poética. A linguagem fotográfica é o meio que desencadeará essa reflexão associada ao conceito de ética segundo a hospitalidade de Jacques Derrida. As imagens dessa reflexão foram realizadas durante a oficina de fotografia A Cara da Rua, por um grupo de alunos da Escola Porto Alegre, entre eles moradores em situação de rua. Dar lugar ao outro e a alteridade acima de tudo tornam-se princípios para a compreensão e concepção do espaço. Derrida com a hospitalidade apresenta uma obra que nos transmite uma esperança contra totalitarismos”.

Há, assim, em todos estes trabalhos uma certa linha comum, o viés da discussão da hospitalidade que engendra o acolhimento do Outro. É o pensamento da acolhida do Outro, de uma acolhida irrestrita e incondicional. E é nesse horizonte que podemos falar do ético como hospitalidade, como hospitalidade por vir.